



GT14 – Sociologia da Educação – Pôster 641

## A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE OSÓRIO/RS: UMA ANÁLISE CONFIGURACIONAL

Leandro Forell – UERGS

Taiana Valêncio da Silva – UNISINOS

Fabiana Gazzotti Myboroda – UNISINOS

### Resumo

O artigo tem como objeto compreender as apropriações produzidas por uma comunidade a partir de suas peculiaridades, no contraste entre uma política de âmbito nacional e uma local existente. O objetivo da pesquisa foi compreender de que forma a inserção do Programa Mais Educação alterou as configurações da política educacional de educação integral no município de Osório, por meio de um estudo etnográfico. A partir do aporte configuracional de Elias (2001; 2008), a pesquisa aponta para uma interferência significativa do Programa na configuração local, sendo que, com a diminuição do financiamento, a política praticamente se encerra.

**Palavras-chave:** Educação Integral. Programa Mais Educação. Etnografia

### Introdução

O debate sobre a Educação Integral no Brasil não é tão recente, sendo apresentada pelos documentos do Ministério da Educação<sup>1</sup> como alternativa de melhoria da qualidade de ensino.

As propostas de Educação Integral no Brasil são encontradas sob diversas concepções no decorrer da história, por meio dos pensamentos e das ações educativas dos católicos, dos anarquistas, dos integralistas e de educadores como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Além dessas políticas, sob o ponto de vista histórico, observa-se que outras iniciativas locais, de uma certa forma, pretendiam produzir atividades para as crianças no período em que não estavam na escola regular, não necessariamente chamando essas práticas de educação integral. Assim, a educação integral não se resume ao tempo integral, porém é considerado uma condição necessária para promovê-la.

---

<sup>1</sup> Caderno pedagógico da Série Mais Educação: Texto Referência para o debate de Educação Integral.

Na atualidade, o Programa Mais Educação (PME), instituído pela Portaria Interministerial 17/2007 e pelo Decreto Presidencial 7083/2010, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, como estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar, na perspectiva da educação integral. Essa iniciativa é coordenada pelo MEC, o qual passa a ter ações como o financiamento de práticas educativas complementares. Nesse contexto, os municípios brasileiros apresentam diferentes experiências desenvolvidas em relação à ampliação da jornada escolar.

O objeto desta pesquisa são as apropriações produzidas por uma comunidade a partir de suas peculiaridades, no contraste entre uma política de âmbito nacional e uma local já existente. O propósito foi compreender de que forma a inserção do PME alterou as configurações da política educacional de educação integral no município de Osório.

O município de Osório está situado na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A educação integral no município inicia no ano de 2009, com objetivo de atender uma comunidade específica da cidade. Essa experiência de educação integral tem um crescimento quantitativo no que se refere aos atendimentos até o início da implantação do PME no ano de 2011.

Metodologicamente foi realizada uma etnografia situada em uma escola que desenvolvia o PME. A ideia de se pensar uma etnografia política procura “[...] explicar como atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objetos e as práticas relacionadas ao ‘mundo da política’” (KUSCHNIR, 2007, p.163). Os dados de campo foram complementados por entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1987) das quais foram selecionados os informantes a partir dos dados produzidos pelos diários de campo<sup>2</sup> (WIKIN, 1998). A escolha aconteceu a partir de uma visita preliminar a todas as instituições escolares do município, sendo que a escola escolhida era uma instituição localizada em uma comunidade pobre, com grande índice de evasão e reprovação, como prevê a formulação do MEC.

### **Cenário antes da entrada do Programa Mais Educação**

---

<sup>2</sup> Embora não tragamos nenhum trecho de diário de campo nesta comunicação, por motivos de tamanho máximo do texto, eles são constituidores da narrativa central deste artigo.

A educação integral iniciou no município de Osório no ano de 2009<sup>3</sup>, com o intuito de resolver o problema de uma determinada escola, partindo da iniciativa da diretora. A escola acolhe as crianças com seus próprios recursos, utilizando de um espaço cedido pela prefeitura, localizado a 4km da escola regular, recebendo o nome de Núcleo de Atividades Complementares/NUAC. O contexto de início dessa iniciativa aparece no depoimento a seguir:

então eu enxergava aquelas crianças na rua sabe, a gente dizia: não, mas nós temos que fazer alguma coisa por elas, e daí começamos então a acolher aquelas crianças na escola e ficar mais tempo com elas, foi uma coisa assim, sem projeção de alcançar o status em que nós estamos hoje em Osório[...] (ENTREVISTA 1)<sup>4</sup>

Atenta a essa experiência, a gestão municipal investe em alimentação, disponibilizando professores e estagiários para que o ‘turno’ passasse a funcionar. Com resultados representados como positivos, outras escolas implantam o turno integral. Dois prédios são revitalizados, criando-se, assim, mais dois NUACs. O projeto começa a se expandir; logo a diretora da primeira instituição é convidada para assumir um cargo na Secretaria Municipal de Educação (SMEC) do Município, com o propósito de ampliar essa iniciativa.

Com o crescimento do projeto na cidade, é realizado um chamamento público para contratação de profissionais para atuarem nas áreas da educação e saúde. A partir dos resultados reconhecidos pela comunidade como positivos, é criado, em 18 de agosto de 2010 o decreto municipal nº 164/2010.

O discurso da educação integral no município passa a ficar importante em 2011/2012, tornando-se referência no Litoral Norte. Assim, vai sendo implementado o turno integral em outras escolas. Em 5 anos, o município passa a reproduzir o projeto em todas as 11 escolas da rede.

---

<sup>3</sup> A nomenclatura Educação Integral passou a ser usada a partir do ano de 2009. A proposta já existia desde o ano de 2006 e, provavelmente, o atendimento já ocorria de outra forma e com outra nomenclatura. Porém, como se trata de uma etnografia, procuramos compreender estes termos sob o ponto de vistaêmico, onde há uma equivalência entre os termos turno integral, educação integral e tempo integral.

<sup>4</sup>As entrevistas foram gravadas, transcritas e devolvidas aos informantes para validação.

Figura 1 – Configuração<sup>5</sup> inicial do Projeto de Turno Integral

Fonte: Os autores

Relacionando o objeto de pesquisa com os conceitos eliasianos (2001; 2008), partimos do princípio de que os indivíduos começam a conceber a educação integral como algo positivo, sendo que esta pauta passa a ser bandeira eleitoral em várias eleições municipais. Nesse sentido, há aqui uma relação de interdependência entre a demanda social e o bônus eleitoral que o projeto passa a representar. Além disso, as escolas são estimuladas a aderir ao Programa, tendo-se em vista ganhos estruturais e de compra de materiais de consumo que estão condicionados a essa adesão. Desse modo, apresenta uma relação de interdependência entre a prefeitura, a gestão da escola e a comunidade. A gestão municipal convida intencionalmente a diretora da primeira instituição para assumir um cargo, com objetivo de implantação em outras instituições, evidenciando o fato de as escolas dependerem da mantenedora para o andamento do projeto de educação integral.

### **Cenário após a entrada do Programa Mais Educação**

Em 2011, algumas escolas foram contempladas com o PME. A verba chega no início de 2012, proporcionando investimentos na proposta de turno integral. Simultaneamente, o município recua no que se refere a recursos próprios para financiamento. Dessa forma, o

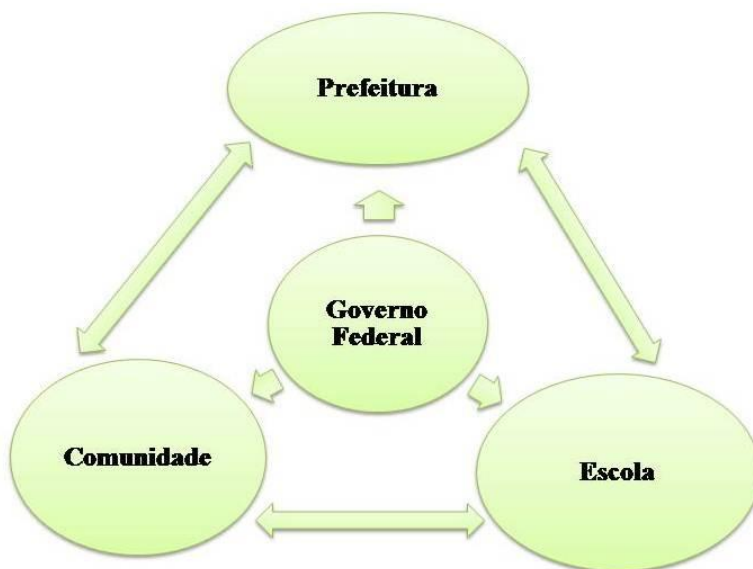
<sup>5</sup> Para Elias, as disposições e as inclinações das pessoas “[...] são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras. Estas pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados”. (2008, p.15).

turno integral no município passa a depender do PME para ter continuidade, conforme o excerto a seguir:

Quanto à verba sou bem sincera ao te dizer, é aquilo que a gente escuta todo o dia se for à prefeitura, ‘estamos sem verba’, estamos sem recursos financeiros. O que acaba refletindo no turno integral, né?.  
(ENTREVISTA 2).

A implantação do PME nas escolas muda a estrutura das instituições, possibilitando a compra de materiais pedagógicos e pagamento do auxílio para os voluntários. A manutenção do espaço físico, tanto das escolas quanto dos NUACs, que já era de responsabilidade da prefeitura, permanece. Com a vinda do Programa, as escolas têm uma maior autonomia financeira, gerindo esses recursos e tomando decisões com relação à sua aplicação.

Figura 2 – Configuração após a adesão do Programa Mais Educação



Fonte: Os autores

Com o ingresso dos recursos oriundos do PME, passa a existir outra relação de interdependência, dessa vez entre esse sistema e um ente externo – no caso, o Governo Federal. Há de se ressaltar que, para a adesão no PME, a política da prefeitura teve de se adequar às políticas de macrocampos, bem como às limitações de financiamento pré-estabelecidas por normativas de fora do sistema. Logo, a mudança proporcionou uma nova configuração das relações sociais e políticas, na qual o MEC passou a interagir com os agentes anteriormente descritos a partir de normativas e de intencionalidades pedagógicas que antes não faziam parte do horizonte municipal.

Além disso, em nossa experiência de campo, ficou evidente uma multiplicidade de apropriações dos recursos do PME. Um exemplo eram os critérios utilizados para a contratação dos oficinairos: em algumas instituições, a contratação ocorria por meio de análise de currículo e testes conforme a área de atuação e, em outras, esses profissionais eram selecionados a partir de indicações.

### **Considerações Finais**

Com a perda de recursos da prefeitura, as escolas sofrem as consequências. No caso do estágio atual do projeto de turno integral, as instituições têm apoio apenas dos recursos do Programa Mais Educação.

O que se constatou é que os recursos passam a atrasar, e a escola enfrenta dificuldades em organizar o projeto com os recursos do PME. Como não contam com um auxílio tão grande, que antes era ofertado pela mantenedora, dentro do possível, organizam-se de acordo com aquilo que é oferecido.

Esse novo contexto acarreta em descontinuidades e interrupções do atendimento. O mesmo fenômeno pode ser observado em outros municípios. Com o recuo de investimento do MEC, podemos dizer que, ao aderir ao Programa, o município de Osório desmontou sua estrutura anterior e, a partir de então, essa relação vem proporcionando o sucateamento e até mesmo a paralisação do atendimento.

Nesse sentido, pensamos ser importante ressaltar que as apropriações locais das políticas nacionais produzem diferentes configurações e diferentes resultados. Assim, nosso olhar sobre os dados supradescritos apontam que houve uma transformação nos significados produzidos pelos sujeitos a partir da transição das políticas. Entretanto, a alteração de significado não é a reprodução do pensamento do formulador, mas sim uma apropriação específica que é produtora de sentido em um espaço específico.

### **Referências**

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 22, p. 163-167, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação.** São Paulo. Ed. Atlas, 1987.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo.** Campinas: Papyrus Editora, 1998.